

Fim do decreto secreto

De iniciativa do senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), projeto de lei dispendo sobre a edição de decretos secretos será discutido agora no Senado Federal. De acordo com a proposição ficará vedada a qualquer Poder da República a expedição de decretos secretos de qualquer natureza e mesmo nos assuntos que dizem respeito à segurança nacional é obrigatória a publicação desses decretos em meios de comunicação internos que assegurem a preservação do sigilo e a sua estrita limitação nos círculos interessados. Ao justificar a sua iniciativa, o senador Jutahy Magalhães ressalta que é necessário pôr termo a uma prática que se tornou usual de se editarem decretos secretos, dos quais só se tinha notícia apenas do título (número de ordem e

data). O senador pedessista esclarece que a sua proposição visa ao cumprimento integral dos preceitos que regem a elaboração legislativa, porquanto a participação da comunidade na elaboração de leis, nos países democráticos, além de necessária deve ser efetivada através de representantes livremente escolhidos para as Casas do Congresso. O parlamentar, em sua justificativa lembra aos seus pares que "os decretos, por sua natureza complementam as leis — pois ora as regulamentam ora nelas têm seus fundamentos — não podem nem devem constituir meios de disciplinar ou regular assuntos de segurança nacional ou outros, cujo sigilo seja necessário preservar".